

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	57
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	1.943.930	1.936.588	1.942.144
1.01	Ativo Circulante	157.228	156.933	235.468
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	88.946	88.067	173.353
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	88.946	88.067	173.353
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.734	6.474	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.734	6.474	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	3.734	6.474	0
1.01.03	Contas a Receber	58.301	56.038	53.460
1.01.03.01	Clientes	57.359	55.875	53.386
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	942	163	74
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	942	163	74
1.01.06	Tributos a Recuperar	495	712	24
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	495	712	24
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.428	1.586	1.424
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.428	1.586	1.424
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.324	4.056	7.207
1.01.08.03	Outros	4.324	4.056	7.207
1.01.08.03.01	Outros Créditos	4.324	4.056	7.207
1.02	Ativo Não Circulante	1.786.702	1.779.655	1.706.676
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	468.613	459.428	426.661
1.02.01.04	Contas a Receber	3.657	3.657	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.657	3.657	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	14.374	17.149	18.534
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.374	17.149	18.534
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	450.582	438.622	408.127
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	76.626	75.283	66.341
1.02.01.10.04	Partes Relacionadas	373.956	363.339	341.786
1.02.03	Imobilizado	17.389	15.991	18.493

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.389	15.991	18.493
1.02.04	Intangível	1.300.700	1.304.236	1.261.522
1.02.04.01	Intangíveis	1.300.700	1.304.236	1.261.522
1.02.04.01.02	Intangível	1.300.700	1.304.236	1.261.522

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	1.943.930	1.936.588	1.942.144
2.01	Passivo Circulante	196.025	254.005	259.523
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.412	5.136	5.529
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.412	5.136	5.529
2.01.02	Fornecedores	9.872	11.247	15.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.872	11.247	15.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.794	11.094	11.610
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.794	11.094	11.610
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	10.794	11.094	11.610
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	30.493	175.044	171.614
2.01.04.02	Debêntures	28.000	174.684	171.614
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.493	360	0
2.01.05	Outras Obrigações	93.567	18.841	15.917
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.784	12.863	8.808
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	6.563	5.889	5.443
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.221	6.974	3.365
2.01.05.02	Outros	84.783	5.978	7.109
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	78.482	2.873	3.600
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.504	1.507	1.482
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.797	1.598	2.027
2.01.06	Provisões	45.887	32.643	39.383
2.01.06.02	Outras Provisões	45.887	32.643	39.383
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	27.750	23.442	15.438
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	18.137	9.201	23.945
2.02	Passivo Não Circulante	1.158.042	1.122.133	1.233.618
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.019.128	971.499	1.072.762
2.02.01.02	Debêntures	1.018.437	971.257	1.072.762
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	691	242	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02	Outras Obrigações	9.808	10.198	11.287
2.02.02.02	Outros	9.808	10.198	11.287
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	9.808	10.198	11.287
2.02.04	Provisões	129.106	140.436	149.569
2.02.04.02	Outras Provisões	129.106	140.436	149.569
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	78.294	76.945	67.394
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	50.812	63.491	79.060
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	0	0	3.115
2.03	Patrimônio Líquido	589.863	560.450	449.003
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	286.825	257.412	145.965
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	226.316	196.903	85.456

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.037.347	1.138.289	1.069.132
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-341.240	-475.570	-403.020
3.03	Resultado Bruto	696.107	662.719	666.112
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.957	-41.942	-42.556
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-52.957	-41.942	-42.556
3.04.05.02	Despesas Gerais e Administrativas	-52.927	-43.637	-45.022
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Liquidas	-30	1.695	2.466
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	643.150	620.777	623.556
3.06	Resultado Financeiro	-84.084	-70.872	-81.441
3.06.01	Receitas Financeiras	14.709	35.704	46.099
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.793	-106.576	-127.540
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	559.066	549.905	542.115
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-183.584	-178.073	-176.662
3.08.01	Corrente	-180.809	-176.688	-167.365
3.08.02	Diferido	-2.775	-1.385	-9.297
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	375.482	371.832	365.453
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	375.482	371.832	365.453
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,38869	1,37519	1,3516

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	375.482	371.832	365.453
4.03	Resultado Abrangente do Período	375.482	371.832	365.453

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	554.718	561.845	577.920
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	769.123	811.883	789.945
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	375.482	371.832	365.453
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	102.599	150.708	130.560
6.01.01.03	Perda/baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	1.478	792	5.733
6.01.01.05	Encargos Financeiros e Variação Monetária sobre Debêntures e Arrendamentos	94.674	94.957	98.816
6.01.01.06	Constituição de provisão para manutenção	4.537	8.922	14.974
6.01.01.07	Atualização monetária sobre provisão para manutenção	6.518	5.998	10.201
6.01.01.08	Variação Monetária sobre obrigações com Poder Concedente	0	0	-50
6.01.01.09	Constituição de provisão para perdas civeis, trabalhistas e tributárias	2.075	9.886	-6.862
6.01.01.10	Atualização monetária de provisão para perdas civeis, trabalhistas e tributárias	2.461	3.613	3.104
6.01.01.12	Juros capitalizados	-7.416	-4.957	-1.332
6.01.01.13	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-428	326	341
6.01.01.14	Tributos diferidos	2.775	1.385	9.297
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.433	-2.423	-1.345
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	15.609	15.709	15.417
6.01.01.18	Provisão para imposto de renda e contribuição social	180.809	176.688	167.365
6.01.01.19	Juros ativos - Debêntures privadas	-10.617	-21.553	-21.727
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-214.405	-250.038	-212.025
6.01.02.01	Clientes	-1.056	-2.815	8.237
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	217	-688	-23
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	158	-162	-52
6.01.02.04	Outros Créditos	-268	-506	-4.300
6.01.02.05	Fornecedores	-1.375	-4.223	571
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-300	-516	742
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	276	-393	-495
6.01.02.08	Partes relacionadas	-4.858	3.966	2.961
6.01.02.09	Pagamento de perdas civeis, trabalhistas e tributárias	-3.187	-3.948	-3.243

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.10	Pagamento de manutenção e construção de obras	-19.426	-25.600	-48.953
6.01.02.11	Outros contas a pagar	2.809	-1.518	926
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-171.873	-191.432	-154.850
6.01.02.13	Depósitos judiciais	90	-6.519	1.888
6.01.02.14	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-15.612	-15.684	-15.434
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.330	-184.942	-149.211
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-5.086	-2.617	-3.708
6.02.02	Aquisição de Intangível	-83.984	-182.325	-145.503
6.02.04	Aplicações financeiras	2.740	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-467.509	-462.189	-391.096
6.03.02	Aplicações financeiras	0	-6.474	0
6.03.03	Pagamento de Arrendamento e Debêntures	-102.782	-142.194	0
6.03.04	Obrigações com o poder concedente	0	0	-6.281
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-270.460	-261.112	-336.083
6.03.07	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-94.267	-52.409	-48.732
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	879	-85.286	37.613
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	88.067	173.353	135.740
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	88.946	88.067	173.353

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	257.412	0	0	560.450
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	257.412	0	0	560.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.903	-149.166	0	-346.069
5.04.06	Dividendos	0	0	-196.903	-55.296	0	-252.199
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.735	0	-17.735
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-76.135	0	-76.135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	375.482	0	375.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	375.482	0	375.482
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	226.316	-226.316	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	226.316	-226.316	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	286.825	0	0	589.863

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	145.965	0	0	449.003
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	145.965	0	0	449.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-85.456	-174.929	0	-260.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-85.456	-152.428	0	-237.884
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-22.501	0	-22.501
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	371.832	0	371.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	371.832	0	371.832
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	196.903	-196.903	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	196.903	-196.903	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	257.412	0	0	560.450

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	116.585	0	0	419.623
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	116.585	0	0	419.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-56.076	-279.997	0	-336.073
5.04.06	Dividendos	0	0	-56.076	-255.590	0	-311.666
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.407	0	-24.407
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.453	0	365.453
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.453	0	365.453
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	85.456	-85.456	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	85.456	-85.456	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	145.965	0	0	449.003

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.127.773	1.228.676	1.154.266
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	987.173	1.002.867	983.606
7.01.02	Outras Receitas	53.133	42.690	43.874
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	87.467	183.119	126.786
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-253.926	-327.514	-277.769
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-209.788	-291.517	-242.810
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.138	-35.997	-34.959
7.03	Valor Adicionado Bruto	873.847	901.162	876.497
7.04	Retenções	-102.599	-150.708	-130.560
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.599	-150.708	-130.560
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	771.248	750.454	745.937
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.843	37.195	48.510
7.06.02	Receitas Financeiras	14.709	35.704	46.099
7.06.03	Outros	-866	1.491	2.411
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	785.091	787.649	794.447
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	785.091	787.649	794.447
7.08.01	Pessoal	36.993	39.178	35.843
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.715	29.187	25.968
7.08.01.02	Benefícios	8.718	8.222	8.251
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.560	1.769	1.624
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	273.174	268.256	261.742
7.08.02.01	Federais	221.555	216.299	214.176
7.08.02.03	Municipais	51.619	51.957	47.566
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	99.442	108.383	131.409
7.08.03.01	Juros	38.228	49.424	50.429
7.08.03.02	Aluguéis	649	1.807	3.870
7.08.03.03	Outras	60.565	57.152	77.110
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	375.482	371.832	365.453

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	17.735	22.501	24.407
7.08.04.02	Dividendos	131.431	152.428	255.590
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	226.316	196.903	85.456

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias dos Imigrantes" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Planejamento, gestão estratégica e a busca incessante pela prestação de serviços com excelência são algumas das características que têm permitido a Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, a atingir seus resultados desde o início de suas atividades, em 29 de maio de 1998. Em consonância com as diretrizes e os objetivos do Grupo Ecorodovias, todo trabalho vem sendo realizado com visão de longo prazo e respeito ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias dos Imigrantes agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 56.615 mil em 2020, redução de 7,2% em relação a 2019. O tráfego de veículos leves apresentou redução de 15,5% devido às medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19 a partir da segunda quinzena de março. O tráfego de veículos pesados apresentou crescimento de 4,8% devido, principalmente, ao aumento das exportações de soja em função da desvalorização cambial.

Em junho de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a postergação, em 4 meses, da atualização contratual anual das tarifas de pedágio para as rodovias estaduais paulistas que estava prevista para ser aplicada em 01 de julho, incluindo a Ecovias dos Imigrantes. Em 30 de outubro, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a aprovação do reajuste das tarifas de pedágio com aumento de 1,9% referente a variação do IPCA, que passou a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, está previsto em termo aditivo modificativo a aplicação do menor dos índices entre o IGP-M e o IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada e compensada através de extensão do prazo da concessão. Atualmente, a diferença acumulada na base tarifária até dezembro de 2020, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA e sem efeitos de arredondamento atingiu 10,9%, e será reequilibrada conforme previsões contidas no Termo Aditivo Modificativo assinado, com extensão do prazo da concessão.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$1.127,8 milhões em 2020, redução de 8,2% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao menor volume das receitas de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$90,4 milhões, estável em comparação com o ano anterior.

Receita de Pedágio: R\$987,2 milhões em 2020, redução de 1,6%, devido a diminuição do tráfego de veículos em função das medidas de isolamento social adotadas a partir da segunda quinzena de março.

Receita Acessória: R\$53,1 milhões em 2020, aumento de 24,5%, em função, principalmente, do incremento nas receitas com fibra ótica.

Receita de Construção: R\$87,5 milhões em 2020, redução de 52,2%, devido ao menor volume de obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$1.037,3 milhões em 2020. Excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma totalizou R\$949,9 milhões, redução de 0,6% em relação a 2019.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº21 da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$394,2 milhões em 2020, redução de 24,1% em relação a 2019. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$199,6 milhões, aumento de 13,1%. As principais variações foram:

Pessoal: R\$37,0 milhões em 2020, redução de 5,6%, devido principalmente, à redução salarial e jornada de trabalho nos meses de maio e junho de 2020 de acordo com a adesão à Lei nº 14.020;

Conservação e Manutenção: R\$25,4 milhões em 2020, aumento de R\$15,0 milhões, em função do incremento das despesas de serviços de conservação vegetal, material de pavimento e sinalização horizontal;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços de terceiros: R\$101,0 milhões em 2020, aumento de 15,1%, devido ao incremento devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS;

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$19,7 milhões em 2020, redução de 6,1%, em função da diminuição das despesas com locação de veículos leves;

Outros: R\$16,4 milhões, redução de 9,3%, devido ao menor nível de despesas com energia elétrica e estorno de provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Depreciação e Amortização: R\$102,6 milhões em 2020, redução de R\$48,1 milhões, devido a redução da base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis, pela extensão do prazo de concessão através da aplicação da metodologia do fluxo de caixa marginal;

Provisão para manutenção: R\$4,5 milhões em 2020, redução de R\$4,4 milhões, devido à reversão de provisão em função da revisão da provisão para o período remanescente do contrato de concessão; e

Custo de construção de obras: R\$87,5 milhões em 2020, aumento de R\$95,7 milhões, devido ao menor volume de obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº22 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2020, o EBITDA totalizou R\$745,7 milhões e margem EBITDA de 71,9%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$750,3 milhões, redução 3,9% em relação a 2019 e margem EBITDA de 79,0%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$84,1 milhões, aumento de 18,6% em relação aos R\$70,9 milhões negativos em 2019, principalmente, pela redução das receitas financeiras sobre aplicação financeira e variação monetária sobre Debêntures.

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2020, a Ecovias dos Imigrantes apresentou lucro líquido de R\$375,5 milhões, aumento de 1,0% em relação ao resultado de 2019.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou dezembro de 2020 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R\$92,7 milhões, e dívida bruta, composta por debêntures no valor de R\$1.046,4

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

milhões, sendo 97,0% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$1,5 milhão e a dívida com Arrendamentos a Pagar era de R\$3,2 milhões.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$953,8 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma em 1,3x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº13, nº14 e nº 18.

CAPEX

O *capex* realizado pela Companhia totalizou R\$115,9 milhões em 2020, com destaque para a execução da obra, objeto de aditivo contratual, denominada Nova Entrada de Santos – Sistema Viário para eliminação de conflitos viários na entrada e saída do Porto de Santos e obras de conservação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2020: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2020 totalizaram R\$174,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2020.

São Bernardo do Campo, 10 de março de 2021.

A Administração

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Bairro Jardim Represa, no município de São Bernardo do Campos - SP.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 96 meses e 4 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência em junho de 2026. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de março de 2021.

a) IMPACTOS COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus ("COVID-19") constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e servirão para mitigar os impactos da pandemia para os próximos meses.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou as seguintes medidas:

- Postergação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Medida Provisória nº 927, publicada em 22 de março de 2020, referente às competências de março, abril e maio pagos a partir de julho/2020 em seis (6) vezes, de julho até dezembro/2020;
- Adesão da Medida Provisória nº 936, publicada em 01 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.020, publicada em 7 de julho de 2020, com redução salarial e jornada de trabalho em até 40% nos meses de maio e junho de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 932, publicada em 31 de março de 2020;
- Utilização do fundo inominado da Previdência Privada para pagar as faturas do benefício de maio a agosto de 2020;
- Postergação do recolhimento do Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") relativos à competência março e abril para os meses de setembro e outubro/2020, respectivamente, conforme portaria nº 139 do Ministério da Economia publicada em 3 de abril de 2020; e
- Postergação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços ("ISS") em conformidade com os decretos divulgados de cada município.

A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

- desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;
- o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os *covenants* dos contratos de crédito; e
- incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19.

No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística ("EIL") criou comitês de crise, incluindo pessoas-chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionários que possam realizar suas atividades fora das instalações da Companhia.

O Grupo EcoRodovias vem contando com empresas parceiras para ação de apoio aos caminhoneiros. Estas empresas parceiras juntaram-se às concessionárias para ampliar o atendimento que já vinha sendo feito aos caminhoneiros desde o início da pandemia, a ação conta com distribuição de marmitas, entrega de kits de higiene contendo sabonete, álcool gel, luvas e máscaras de proteção, e doação de alimentos não perecíveis.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os itens têm sido entregues nas bases de atendimento aos usuários, postos policiais e em postos de serviço instalados ao longo das rodovias

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

No quarto trimestre foi possível observar uma recuperação progressiva em todos os indicadores operacionais de forma que a Companhia apresentou um melhor desempenho financeiro tanto na comparação com o segundo trimestre quanto na comparação com o mesmo trimestre do exercício anterior.

Na data base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou teste de *impairment* (Vide Nota Explicativa nº 11) e não identificou impacto nos resultados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 23).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 11, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos das debêntures

Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluirá para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de tráfegos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

g) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (<i>Conceptual Framework</i>) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e sua adoção não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

h) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 – Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 – Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

j) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

k) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota Explicativa 3.e, o Grupo capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida individualmente em cada concessionária, dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,60% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

As normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2020 não tem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAPolítica contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	2.989	3.956
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	80.919	66.815
Aplicações automáticas (b)	5.038	17.296
	<u>88.946</u>	<u>88.067</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo as incertezas do mercado econômico, a companhia preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7). (Em 31 de dezembro de 2019 a carteira

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

do Fundo de aplicações financeiras era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas, 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 101,0% em 31 de dezembro de 2020 (98,0% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia possui aplicação automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos não vinculados	3.734	6.474
	<u>3.734</u>	<u>6.474</u>

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico (a)	53.248	52.350
Receitas acessórias (b)	2.440	2.959
Outras contas a receber	2.344	1.667
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (c)	(673)	(1.101)
	<u>57.359</u>	<u>55.875</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	57.331	52.701
Vencidos:		
Até 30 dias	15	1.534
De 31 a 90 dias	54	1.572
De 90 a 120 dias	14	68
Acima de 120 dias	618	1.101
	<u>58.032</u>	<u>56.976</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.101	775
Valores recuperados e baixados	(780)	(870)
Constituição de PECLD	352	1.196
Saldo no fim do exercício	<u>673</u>	<u>1.101</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	31/12/2020	31/12/2019
Cível	3.761	3.717
Tributário	5.359	5.343
Trabalhista	5.705	5.782
Ambiental	61.783	60.425
Desapropriações	18	16
	<u>76.626</u>	<u>75.283</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	75.283	66.341
Adições	283	7.710
Baixas	(373)	(1.191)
Atualização monetária	1.433	2.423
Saldo no fim do exercício	<u>76.626</u>	<u>75.283</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMOBILIZADO**Política contábil**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,4	5,3	3,7	-	0,5	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2019	114.303	21.169	6.897	3.304	5.057	150.730
Adições	3.936	974	55	-	121	5.086
Transf	536	(1)	-	-	-	535
Saldos em 31/12/2020	118.775	22.142	6.952	3.304	5.178	156.351
DEPRECIACÃO						
Saldos em 31/12/2019	(107.587)	(16.422)	(5.712)	-	(5.018)	(134.739)
Adições	(2.787)	(1.144)	(258)	-	(25)	(4.214)
Transf	(9)	-	-	-	-	(9)
Saldos em 31/12/2020	(110.383)	(17.566)	(5.970)	-	(5.043)	(138.962)
RESIDUAL						
Em 31/12/2020	8.392	4.576	982	3.304	135	17.389
Em 31/12/2019	6.716	4.747	1.185	3.304	39	15.991

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,9	5,2	5,8	-	7,4	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2018	112.363	20.607	6.782	3.304	5.057	148.113
Adições	1.940	562	115	-	-	2.617
Saldos em 31/12/2019	114.303	21.169	6.897	3.304	5.057	150.730
DEPRECIACÃO						
Saldos em 31/12/2018	(104.327)	(15.332)	(5.317)	-	(4.644)	(129.620)
Adições	(3.260)	(1.090)	(395)	-	(374)	(5.119)
Saldos em 31/12/2019	(107.587)	(16.422)	(5.712)	-	(5.018)	(134.739)
RESIDUAL						
Em 31/12/2019	6.716	4.747	1.185	3.304	39	15.991
Em 31/12/2018	8.036	5.275	1.465	3.304	413	18.493

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

11. INTANGÍVEL**Política contábil**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	5,1	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2019	2.633.271	221.740	9.962	1.813	2.866.786
Adições	16.810	73.665	925	-	91.400
Baixa	(1.471)	(7)	-	-	(1.478)
Transf	97.138	(97.673)	-	-	(535)
Adoção CPC06(R2)	-	-	-	5.453	5.453
Saldos em 31/12/2020	2.745.748	197.725	10.887	7.266	2.961.626
Amortização					
Saldos em 31/12/2019	(1.552.375)	-	(8.788)	(1.387)	(1.562.550)
Adições	(95.042)	-	(532)	(2.811)	(98.385)
Transf	9	-	-	-	9
Saldos em 31/12/2020	(1.647.408)	-	(9.320)	(4.198)	(1.660.926)
Residual					
Saldos em 31/12/2020	1.098.340	197.725	1.567	3.068	1.300.700
Saldos em 31/12/2019	1.080.896	221.740	1.174	426	1.304.236

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	5,7	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2018	2.605.422	63.644	9.575	-	2.678.641
Adições	7.041	179.854	387	-	187.282
Baixa	(950)	-	-	-	(950)
Transf	21.758	(21.758)	-	-	-
Adoção CPC06(R2)	-	-	-	1.813	1.813
Saldos em 31/12/2019	2.633.271	221.740	9.962	1.813	2.866.786
Amortização					
Saldos em 31/12/2018	(1.408.883)	-	(8.236)	-	(1.417.119)
Adições	(143.650)	-	(552)	(1.387)	(145.589)
Baixa	158	-	-	-	158
Saldos em 31/12/2019	(1.552.375)	-	(8.788)	(1.387)	(1.562.550)
Residual					
Saldos em 31/12/2019	1.080.896	221.740	1.174	426	1.304.236
Saldos em 31/12/2018	1.196.539	63.644	1.339	-	1.261.522

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro 2020, as principais adições nesta rubrica referem-se a: implantação da conexão do Porto de Santos, reabilitação e conservação e levantamento de parâmetros de pavimentos, sinalização e dispositivos de segurança.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2020 foram 4,53% a.a. (5,46% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 31 de dezembro de 2020 referem-se a: implantação da conexão de Porto de Santos, interligação entre margens e consultoria de apoio às obras de conservação e ampliação, e recuperação de encostas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados R\$7.416 referentes a encargos financeiros (R\$4.957 em 31 de dezembro de 2019) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção do resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*) e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado considerando

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

alavancagem média e betas médios obtidos de amostras de empresas comparáveis à Companhia. Foi considerado "size premium" estimado com base no tamanho (*Equity Value*) da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. na data-base das análises, segundo *Market Capitalization* obtido do Capital IQ: WACC: 9,3% a.a. em termos nominais, após impostos. Com base nessa avaliação, a Companhia não identificou nenhum impacto no resultado.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCROPolítica contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	31/12/2020
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	4.742	107	(137)	4.712	(30)
Provisão para manutenção	29.557	3.759	(6.605)	26.711	(2.846)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	195	19	(137)	77	(118)
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(14.905)	-	2.592	(12.313)	2.592
Juros capitalizados	(2.472)	(2.522)	131	(4.863)	(2.391)
Outros	32	18	-	50	18
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	17.149	1.381	(4.156)	14.374	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					(2.775)

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento ao CPC32 Tributos sobre o Lucro item 73, registramos R\$14.374 no ativo não circulante.

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	4.888
2021	4.727	3.119
2022	2.995	2.518
2023	2.387	2.518
2024	2.387	2.518
Posteriores a 2024	1.878	1.588
	<u>14.374</u>	<u>17.149</u>

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	559.066	549.905
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(190.083)	(186.968)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(129)	(112)
Juros sobre capital próprio	6.030	7.651
Despesas indedutíveis	(5)	(6)
Incentivos fiscais (PAT)	574	542
Outros	29	820
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(183.584)</u>	<u>(178.073)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(180.809)	(176.688)
Impostos diferidos	(2.775)	(1.385)
Taxa efetiva	32,8%	32,4%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	9.201	23.945
Despesa IR/CS DRE	180.809	176.688
Total de IR/CS pagos	<u>(171.873)</u>	<u>(191.432)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>18.137</u>	<u>9.201</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2020	31/12/2019
2ª Emissão	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	1.046.437	1.145.941
Circulante			28.000	174.684
Não Circulante			1.018.437	971.257

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.145.941	1.244.376
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	94.313	93.935
Pagamento principal	(99.911)	(140.983)
Pagamento de juros	(93.906)	(51.387)
Saldo no fim do exercício	1.046.437	1.145.941

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881.000 com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200.000, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento foi em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A referida debenture foi quitada em 15 de abril de 2020.

- (ii) 2ª série - R\$681.000, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤3,5 x	1,28
	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0x	8,92

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2021	-	-	-	-	(2.885)	(2.885)
2022	340.688	(2.065)	338.623	325.922	(2.065)	323.857
2023	340.688	(1.200)	339.488	325.922	(1.200)	324.722
2024	340.757	(431)	340.326	325.994	(431)	325.563
	<u>1.022.133</u>	<u>(3.696)</u>	<u>1.018.437</u>	<u>977.838</u>	<u>(6.581)</u>	<u>971.257</u>

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,85% a.a.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>3.184</u>	<u>602</u>
Circulante	2.493	360
Não circulante	691	242

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Adoção inicial CPC-06	602	1.813
Adições	5.453	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	361	1.022
Pagamento principal	(2.871)	(1.211)
Pagamento de juros	(361)	(1.022)
Saldo no fim do exercício	<u>3.184</u>	<u>602</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****15. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	6.563	-	48.461	33.123
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	-	-	-	324	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora	-	373.957	-	10.617	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	54	-	-	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (e)	Outras partes relacionadas	887	-	-	-	-	-
Conc.Rod.Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas (f)	Outras partes relacionadas	-	-	40	-	-	-
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (g)	Outras partes relacionadas	-	-	69	-	-	-
Cons.Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (g)	Outras partes relacionadas	-	-	45	-	-	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenhe.Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	7.175	366	-	-	-
TB Transportadora Betume Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	491	23	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (i)	Outras partes relacionadas	-	43.051	371	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (j)	Outras partes relacionadas	-	-	1.307	-	-	-
Consórcio PSG (k)	Outras partes relacionadas	-	389	-	-	-	-
Crasa Infraestrutura S.A. Itinera Construções Ltda. (l)	Outras partes relacionadas	1	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020		942	425.063	8.784	10.941	48.461	33.123
Total em 31 de dezembro de 2019		163	472.523	12.863	21.859	46.622	23.629

- a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$85.786. O saldo em aberto de R\$6.563 em 31 de dezembro de 2020 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Locação do prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2020, o valor mensal da locação é de R\$33 (R\$25 em 31 de dezembro de 2019).
- c) Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$300.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 12 de abril de 2025.
- d) O saldo refere-se a Reembolso de despesas.
- e) Reembolso referente a operações Visa Vale, depositado erroneamente pela operadora Cielo na Eco135, sendo o valor pertencente a Ecovias.
- f) Referente a valor de depósito recursal ID 23669 da Ecopistas, depositado indevidamente na conta da Ecovias pelo escritório de advocacia.
- g) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º, salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- h) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$56.253. O prazo para execução desses trabalhos é 30 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto de R\$389 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- i) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$201.769 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto de R\$ 371 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- j) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda. e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Unisa das Ecovias". O preço global firmado é de R\$5.231 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto de R\$ 1.307 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- k) O Consórcio PSG, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda. e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviços das obras de interligação das Rodovia SP-150 e a Rodovia SP-055, Ponte Santos - Guarujá. O preço global firmado é de R\$ 3.500 e o prazo final para execução destes serviços foi em 30 de abril de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, não há saldo em aberto (de serviços já realizados).

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- I) A Crasa Infraestrutura S.A. e a Itinera Construções Ltda., partes relacionadas, firmaram contrato de locação do prédio administrativo. O preço global firmado é de R\$12 e o prazo final é 29 de outubro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o valor mensal da locação é de R\$1.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2020 em R\$1.309 (R\$1.726 em 31 de dezembro de 2019).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração (fixa/variável)	796	1.008
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	39	219
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	73	67
Previdência privada	23	46
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	187	265
	<u>1.121</u>	<u>1.608</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 8,60% ao ano, correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22)	566.233	4.332	-	-	570.565
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº22)	(101.602)	205	-	-	(101.397)
Realização da manutenção	(451.281)	-	(19.426)	-	(470.707)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	73.583	-	-	6.518	80.101
	<u>86.933</u>	<u>4.537</u>	<u>(19.426)</u>	<u>6.518</u>	<u>78.562</u>
Circulante	23.442				27.750
Não circulante	63.491				50.812

	31/12/2018	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22)	551.195	15.038	-	-	566.233
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº22)	(95.486)	(6.116)	-	-	(101.602)
Realização da manutenção	(426.265)	-	(25.016)	-	(451.281)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	65.054	-	-	8.529	73.583
	<u>94.498</u>	<u>8.922</u>	<u>(25.016)</u>	<u>8.529</u>	<u>86.933</u>
Circulante	15.438				23.442
Não circulante	79.060				63.491

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 9,50% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos e financiamentos no ano de constituição da provisão até 31 de dezembro de 2020. A partir de 01 de janeiro de 2020 a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	(3.671)	-	4.238
Efeito do valor presente sobre a constituição	(6.041)	3.087	-	(2.954)
Realização da construção	(4.238)	-	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	5.485	-	(2.531)	2.954
	<u>3.115</u>	<u>(584)</u>	<u>(2.531)</u>	<u>-</u>
Não circulante	3.115			-

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelas variáveis	<u>1.504</u>	<u>1.507</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.507	1.482
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	15.609	15.709
Pagamento do principal	<u>(15.612)</u>	<u>(15.684)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.504</u>	<u>1.507</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão de 2020 ao fim da concessão	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Natureza dos custos</u>		
Melhorias na infraestrutura	510.284	117.366
Conservação especial (manutenção)	116.679	107.991
Equipamentos	<u>55.135</u>	<u>54.398</u>
Total	<u>682.098</u>	<u>279.755</u>

a) Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou acordo de não persecução cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos do ANPC, a Ecovias arcará com o valor de R\$638 milhões, que será destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretaria de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Ecovias, dos quais R\$ 38 milhões serão pagos pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.. Adicionalmente, o ANPC contém outras disposições e R\$12 milhões adicionais decorrentes de outras obrigações que também serão arcados pela controladora indireta. Os valores relacionados as obras que serão incluídas no âmbito do contrato de concessão da Ecovias serão contabilizados de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Em contrapartida, visando à manutenção das atividades da Ecovias e o interesse público, haverá o encerramento, por parte do MPSP, dos procedimentos e das discussões, sejam de natureza cível, administrativa ou sancionatória, inclusive em relação a atos de improbidade administrativa, contra a Ecovias e outras empresas do Grupo Ecorodovias, para evitar que sejam aplicadas novas sanções à Ecovias e outras empresas do Grupo Ecorodovias com base nos fatos e informações coletadas pelo MPSP.

Atualmente aguarda-se a homologação do ANPC perante o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMP"). Após a homologação pelo CSMP, será também levado para homologação por uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Ecovias tem direito a desequilíbrios contratuais, que usualmente são compensados por meio de extensão de prazo contratual, os quais suportarão a amortização do intangível após a sua entrada em operação, esperada de 5 a 8 anos. As negociações envolvendo (i) passivos regulatórios no âmbito do seu Contrato de Concessão decorrentes de desequilíbrios econômico-financeiros devidamente apurados e incontroversos; e (ii) possível inclusão de novos investimentos de interesse público junto ao Poder Concedente estão em fase avançada.

Os registros contábeis estão a seguir:

- A obrigação de multas foi contabilizada pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., na data da assinatura do acordo atualizada a valor presente no montante de R\$45.792. Em 31 de dezembro o valor atualizado é de R\$49.813;
- A obrigação e obras será reconhecida ao ativo intangível conforme sua execução, em contrapartida à receita de construção; e
- A obrigação de desconto será reconhecida conforme o mesmo for concedido aos usuários, conforme IFRS15 Contrato de receita.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIASPolítica contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Ambiental (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	60.425	7.457	3.539	5.524	76.945
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	1.537	735	(197)	2.075
(-) Pagamentos	-	(1.925)	(1.262)	-	(3.187)
(+) Atualização monetária	1.358	740	569	(206)	2.461
Saldos em 31 de dezembro de 2020	61.783	7.809	3.581	5.121	78.294

	Ambiental (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	51.649	6.002	3.870	5.873	67.394
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	6.522	1.610	1.747	7	9.886
(-) Pagamentos	-	(1.135)	(2.811)	(2)	(3.948)
(+) Atualização monetária	2.254	980	733	(354)	3.613
Saldos em 31 de dezembro de 2019	60.425	7.457	3.539	5.524	76.945

a) Processos ambientais

O valor provisionado corresponde a ação civil pública, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 31 de Dezembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2020, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$ 61.783 (R\$60.425 em 31 de dezembro de 2019), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2020 R\$54.428 (R\$65.662 em 31 de dezembro de 2019), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2020, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$8.942 (R\$15.918 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2020, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$26.535 (R\$38.148 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$270.460 refere-se a: (i) R\$196.903 de dividendos remanescentes do exercício de 2019; (ii) R\$2.873 de juros sobre capital próprio do exercício de 2019, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2020; (iii) R\$55.296 de dividendos intermediários do exercício de 2020; e (iv) R\$ 15.388 de juros sobre capital próprio (dos R\$17.735 contabilizados) do exercício de 2020, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, a serem ratificados na Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2020. O saldo de R\$78.482 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	375.482	371.832
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(55.296)	(152.428)
Juros sobre o capital próprio	(17.735)	(22.501)
Dividendos mínimos obrigatórios	(76.135)	-
Dividendos adicionais propostos (*)	(226.316)	(196.903)

Não foi constituída a reserva legal pelo fato da reserva ter atingido o limite de 20% do capital social.

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2020.

21. RECEITA LÍQUIDAPolítica contábil**Receitas**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	292.782	341.233
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	622.343	589.685
Vale-pedágio	71.549	71.190
Outras	499	759
	987.173	1.002.867
Receita de construção (b)	87.467	183.119
Receitas acessórias (c)	53.133	42.690
Receita bruta	1.127.773	1.228.676
Deduções de receita bruta	(90.426)	(90.387)
Receita líquida	1.037.347	1.138.289

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	987.173	1.002.867
Receitas acessórias	53.133	42.690
	<u>1.040.306</u>	<u>1.045.557</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(31.209)	(31.367)
PIS (0,65%)	(6.762)	(6.796)
ISS (2% a 5%)	(51.619)	(52.019)
Abatimentos	(836)	(205)
	<u>(90.426)</u>	<u>(90.387)</u>

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	36.993	39.178
Conservação e manutenção e outros	25.414	10.399
Serviços de terceiros (*)	100.978	87.726
Seguros	3.472	3.501
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº18)	15.609	15.709
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº16)	4.537	8.922
Custo de construção de obras	87.467	183.119
Depreciações e amortizações (Vide Notas Explicativas nºs 10 e 11)	102.599	150.708
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	649	1.807
Outros custos e despesas operacionais	16.449	18.138
	<u>394.167</u>	<u>519.207</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	341.240	475.570
Despesas gerais e administrativas	52.927	43.637
	<u>394.167</u>	<u>519.207</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.603	8.493
Variação monetária sobre debêntures	-	2.939
Variação monetária créditos fiscais	1.432	2.423
Juros ativos sobre debêntures privadas	10.617	21.553
Outras receitas financeiras	57	296
	<u>14.709</u>	<u>35.704</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(45.283)	(49.424)
Variação monetária sobre debêntures	(46.345)	(44.777)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.685)	(2.673)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(6.518)	(5.998)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(2.460)	(3.613)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	(361)	(1.022)
Juros Capitalizados	7.416	4.957
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	(1.283)	(1.660)
Outras	(1.274)	(2.366)
	<u>(98.793)</u>	<u>(106.576)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(84.084)</u>	<u>(70.872)</u>

24. LUCRO POR AÇÃO**a) Lucro básico por ação**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	375.482	371.832
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	270.386	270.386
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>1,39</u>	<u>1,38</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	31/12/2020	31/12/2019
Dívida (a)	1.051.125	1.148.050
Caixa, equivalentes de caixa	(88.946)	(88.067)
Dívida líquida	962.179	1.059.983
Patrimônio líquido (b)	589.863	560.450
Índice de endividamento líquido	1,63	1,89

(a) A dívida é definida como debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 101,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas ExplicativasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
	Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos (ii)		2.989	2.989
Clientes (i)	Custo amortizado	57.359	57.359
	Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras (ii)		89.691	89.691
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	9.872	9.872
Debêntures (iii)	Custo amortizado	1.046.437	1.031.535
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	3.184	3.184
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	1.504	1.504
<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock (iv)</i>	Custo amortizado	120	120

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$35.588 (R\$38.424 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	76.718	398.027	398.485	398.574
Arredamento a Pagar	Cfe contrato individual	2.493	691	-	-
		<u>79.211</u>	<u>398.718</u>	<u>398.485</u>	<u>398.574</u>

Análise de sensibilidade**Risco de variação nas taxas de juros**

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	3.023	3.778	4.534
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(76.375)	(77.520)	(78.672)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(73.352)</u>	<u>(73.742)</u>	<u>(74.138)</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	4,42%	5,53%	6,63%
IPCA (b)	4,01%	5,01%	6,02%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2020.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2020
Direito de uso – CPC06 (R2)	5.453

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3 (f))

A Companhia reconhece sua receita de acordo com a utilização dos pedágios pelos usuários. Essas transações são de alto volume transacional (registra a transação por veículo e praça de pedágio) e são geradas por sistemas operacionais próprios que registram todas as transações por cabines e praças de pedágio.

Em relação ao preço, estes são pactuados nos contratos de concessão e sofrem reajustes anuais de acordo com cada contrato. Após o fechamento diário das operações pelas cabines de pedágio, o sistema integra as informações com os sistemas financeiros para o registro contábil das transações.

Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita é complexo, uma vez que envolve alto volume de transações em localidades diferentes, e pela relevância no resultado do exercício.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a integração das informações do sistema operacional para o sistema financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema operacional durante o exercício e o sistema financeiro, contábil e com os registros fiscais da Companhia.

Também aplicamos procedimentos de confirmação junto a terceiros para validar o volume de transações automáticas gerados no exercício, testamos a documentação do controle de caixa das cabines e, com base amostral, testamos as transações geradas de forma manual, onde o pagamento é realizado através de numerários.

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as informações divulgadas estão consistentes com os dados e documentos obtidos.

Redução do valor recuperável dos ativos não circulantes**Intangível das concessões**

Os saldos de ativos intangíveis de concessão (Nota 11), representados pelos investimentos para a operação da concessão, são ativos não financeiros registrados ao custo amortizado pelo prazo da concessão. Esse saldo, que em 31 de dezembro de 2020 monta R\$ 1.296 milhões, não deve exceder o valor líquido realizável.

A capacidade de recuperação desse ativo é baseada em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com inerente alto grau de julgamento. Entre os pressupostos que mais impactam o valor recuperável constam as projeções dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância dos valores, associado ao fato que envolve julgamentos significativos da administração da Companhia.

Entre outros procedimentos, e com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, efetuamos o entendimento dos controles internos para a elaboração e revisão das premissas adotadas pela administração para a determinação do valor recuperável. Adicionalmente, testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação da curva de tráfego.

No contexto de nossa auditoria, consideramos que as metodologias de avaliação, julgamentos e as premissas adotadas pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão (Notas 4 e 11)

Os contratos de concessão preveem a realização de investimentos relevantes para a construção e melhorias da infraestrutura necessária para a operação, que montaram R\$ 90 milhões no exercício de 2020.

Como a capitalização desses investimentos requer julgamento crítico da administração, e devido a relevância dos valores envolvidos, entendemos que este tema deve ser considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para identificar e monitorar os gastos realizados para cada contrato de concessão e a correta classificação contábil em função da natureza dos respectivos gastos.

Realizamos procedimentos de reconciliação entre os controles internos elaborados pela Companhia e as informações registradas na contabilidade.

Adicionalmente, aplicamos testes documentais, onde analisamos os contratos e, em base amostral, inspecionamos as medições, as notas fiscais e os comprovantes de pagamento.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que julgamentos e critérios utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes e estão suportados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Acordo de Não Persecução Cível – “ANPC”

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público de São Paulo (“MPSP”), a Companhia celebrou acordo de não persecução cível (“ANPC”) com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Conforme divulgado na Nota 18 (a) às demonstrações financeiras, o acordo estabelece que a Companhia arcará com o valor de R\$ 638 milhões, que será destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretaria de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Companhia. Desse valor, R\$ 38 milhões serão pagos pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Este tema foi considerado com um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade dos julgamentos envolvidos para a definição dos reflexos contábeis, bem como pela relevância dos valores. Com o suporte de nossos especialistas jurídicos internos e externos, realizamos a leitura do ANPC firmado entre a Ecovias e o MPSP e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do ANPC.

Também envolvemos os nossos especialistas forenses para analisar, de forma geral, as características e estrutura do acordo.

Inspecionamos os valores dispostos no ANPC e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações feitas pela administração.

Observamos os procedimentos e controles de conformidade implementados pela Companhia, além das políticas internas.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 -

"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes
ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 21 de fevereiro de 2020, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria

considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

São Bernardo do Campo – SP, 10 de março de 2021.

Rui Juarez Klein
Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

São Bernardo do Campo – SP, 10 de março de 2021.

Rui Juarez Klein
Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores